

ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE RECUPERAÇÃO E APOIO - AURA

CNPJ: 02.471.591/0001-00

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024.**

CONTEÚDO

Relatório dos Auditores Independentes

QUADRO I	Balanço patrimonial
QUADRO II	Demonstração do resultado do exercício
QUADRO III	Demonstração das mutações do patrimônio líquido
QUADRO IV	Demonstração do fluxo de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores e Conselheiros da
Associação Unificada de Recuperação e Apoio - AURA
Belo Horizonte - MG

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Unificada de Recuperação e Apoio – AURA (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Unificada de Recuperação e Apoio – AURA em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) – “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ÊNFASE

Convênio celebrado com o Estado de Minas Gerais por meio da Secretaria de Estado de Saúde

Chamamos atenção para a nota explicativa Nº 14 às demonstrações financeiras que menciona que a Entidade celebrou o convenio 558/2010 no valor de R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais) junto ao Estado de Minas Gerais, cujo objeto é a transferência de Recursos públicos para construção da Casa de Apoio da Entidade. A prestação de contas foi realizada no exercício de 2016 e está sob análises da SEDESE – Secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social que vem solicitando informações adicionais na prestação de contas. Com base em estudos internos, a Administração estimou e provisionou o valor de R\$ 80.000 (oitenta mil reais) que poderá ter que devolver ao Estado. A Administração declarou não ter ciência do desfecho da análise da prestação de contas até a data desse relatório. Portanto, não é possível afirmar se o valor de provisão para devolução de recursos é suficiente ou não. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, ora apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas, cuja opinião emitida em 21 de fevereiro de 2025, não contém modificação sobre as demonstrações financeiras e ênfase em relação ao mesmo assunto descrito no parágrafo “Ênfase”

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividade de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 19 de março de 2026

Rodrigo Vilela de Freitas
Sócio-contador
CRC MG 082650/O-4
Exactus Auditores Independentes
CRC MG 013461/O

ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE RECUPERAÇÃO E APOIO - AURA
BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)

	Nota <u>Explicativa</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>		Nota <u>Explicativa</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>ATIVO</u>				<u>PASSIVO E PATRIMONIO SOCIAL</u>			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalente de caixa (sem restrição)	4	890.424	752.112	Fornecedores	9	151.501	95.285
Caixa e equivalente de caixa (com restrição)	4	52.625	44.171	Salários e encargos sociais	10	496.419	418.336
Adiantamentos	5	31.474	20.407	Impostos a recolher	11	30.764	25.471
Total do ativo circulante		974.523	816.690	Parcerias Publicas e Privadas	12	52.625	44.171
				Parcelamentos	13	7.379	7.379
				Total do passivo circulante		738.688	590.642
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Propriedade para Investimento	6	7.490.000	7.490.000	Financiamentos com pessoas ligadas	8	2.233.690	2.064.431
Imobilizado	7	4.679.388	5.004.942	Parcelamentos	13	20.667	28.046
Total do ativo não circulante		12.169.388	12.494.942	Provisão para contingências	14	80.000	80.000
				Total do passivo não circulante		2.334.357	2.172.477
				PATRIMONIO LIQUIDO			
				Patrimônio social	15.a	7.288.513	7.828.546
				Ajuste de Avaliações Patrimoniais	15.b	3.260.000	3.260.000
				Déficit do exercício	15.c	(477.647)	(540.033)
				Total do patrimônio líquido		10.070.866	10.548.513
TOTAL DO ATIVO		13.143.911	13.311.632	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO SOCIAL		13.143.911	13.311.632

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE RECUPERAÇÃO E APOIO - AURA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)

	Nota Explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Receita Operacional Líquida (sem restrição)	16	4.464.343	4.074.727
Receita Operacional Líquida (com restrição)	16.1	218.917	145.320
Custos da Operação	17	(4.167.192)	(3.708.526)
Superávit bruto		516.068	511.521
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas (sem restrição)	19	(710.676)	(784.621)
Despesas gerais e administrativas (com restrição)	19	(223.754)	(145.320)
Outras receitas (despesas) operacionais	20	56.839	(86.164)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(361.523)	(504.584)
Receitas Financeiras		109.129	119.559
Despesas Financeiras		(225.253)	(155.008)
Resultado financeiro	22	(116.124)	(35.449)
DEFICIT DO EXERCÍCIO		(477.647)	(540.033)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE RECUPERAÇÃO E APOIO - AURA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO SOCIAL PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)

	Patrimônio social	Ajustes de avaliações patrimoniais	Deficit acumulado	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	8.127.439	3.260.000	(298.893)	11.088.546
Redução do patrimônio social	(298.893)	-	298.893	-
Deficit do exercício		-	(540.033)	(540.033)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	7.828.546	3.260.000	(540.033)	10.548.513
Redução do patrimônio social	(540.033)	-	540.033	-
Deficit do exercício		-	(477.647)	(477.647)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	7.288.513	3.260.000	(477.647)	10.070.866

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE RECUPERAÇÃO E APOIO - AURA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)

	Nota Explicativa	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Déficit do exercício	15.c	(477.647)	(540.033)
Depreciação e amortização	7	348.063	347.345
Provisão de juros sobre empréstimos	8	169.259	135.635
Resultado ajustado		<u>39.675</u>	<u>(57.053)</u>
Variação nos ativos e passivos operacionais			
Adiantamento a fornecedores	5	(11.067)	5.696
Fornecedores	9	56.216	27.866
Impostos a recolher	11	5.293	2.399
Salários e obrigações sociais	10	78.083	11.745
Parcelamentos	13	(7.379)	(7.379)
Parcerias Publicas e Privadas	12	8.454	(49.126)
		<u>129.600</u>	<u>(8.799)</u>
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais		<u>169.275</u>	<u>(65.852)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Adições de ativos imobilizados		(22.509)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento		<u>(22.509)</u>	<u>-</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagto empréstimos com pessoas ligadas	8	-	(132.180)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento		<u>-</u>	<u>(132.180)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>146.766</u>	<u>(198.032)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	796.283	994.315
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	943.049	796.283
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes		<u>146.766</u>	<u>(198.032)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO UNIFICADA DE RECUPERAÇÃO E APOIO - AURA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação Unificada de Recuperação e Apoio – AURA (“Associação”) é uma organização não governamental sem fins lucrativos, criada no ano de 1998 e qualificada como entidade com título de utilidade pública em âmbito municipal, estadual e federal. A Associação possui registro e certificado de entidade beneficente de assistência social (CEBAS e CNEAS) emitidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. A Associação tem como objetivo realizar um trabalho de ação social prestando serviço de Acolhimento Institucional a crianças e adolescentes portadores de câncer, doenças hematológicas e transplantados e seus familiares, acolhendo-os 24 horas, prestando-lhes todo o serviço de suporte terapêutico.

A Instituição trabalha no alcance dos direitos sociais e na garantia do direito constitucional à saúde, educação, cultura e lazer da criança do adolescente proveniente de famílias em vulnerabilidade, para que este tenha condições de igualdade ao tratamento médico digno, sem restrições e demoras, além do direito ao acesso e usufruto de suas famílias às políticas socioassistenciais para alcance da emancipação e cidadania. A finalidade primordial da Casa de Apoio AURA está em amparar essas famílias trazendo condições de acesso e meios para de garantir a continuidade do tratamento fora do domicílio de origem.

Além da hospedagem e alimentação, traslados casa / hospital / Casa de Apoio AURA, os acolhidos contam com apoio interdisciplinar especializado que inclui a atenção e os serviços de profissionais de Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia, Psicopedagogia e Serviço Social.

Na realização de seus projetos mantém parcerias com governos municipais, empresas privadas e com a sociedade civil organizada através de doações, com discriminação de cada projeto e seus objetos conforme nota explicativa 12.

A Associação Unificada de Recuperação e Apoio – AURA obteve deferimento da renovação de seu Certificado de Instituição Beneficente de Assistência Social, publicado no Diário Oficial da União em 25 de maio de 2022 Portaria nº 49/2022 processo 235874.0137338/2021, com vigência de 24 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2026.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com os princípios e normas contábeis emanados do conselho Federal de Contabilidade ITG 2002/2012 – entidades sem finalidade de lucros, aprovadas pela Resolução CFC 1.409/2012 e práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) – “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”.

2.2 USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo

imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Entidade revisa suas estimativas e premissas periodicamente, num período não superior a um ano.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, moeda funcional definida pela administração da Entidade. Todas as informações financeiras foram arredondadas na casa dos centavos, exceto quando indicado de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras que sejam de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que são sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Os riscos de mercado envolvendo essas aplicações são insignificantes.

b. Demais ativos circulantes e não circulantes

Apresentados aos valores de custo ou realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

c. Propriedade para Investimento

A propriedade para investimento é mantida para valorização e são mensuradas ao valor justo. O valor justo da propriedade para investimento, foi apurado por meio de Laudo de Avaliação por perito independente, com base nas avaliações de mercado.

A propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação, quando aplicável. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel é reconhecido no resultado do exercício em que o imóvel é baixado.

d. Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável (*impairment*), se houver. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear que leva em consideração a vida útil-econômica desses bens. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos. O valor residual e a vida útil econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício.

e. Empréstimos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no reconhecimento dos recursos. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação monetária e dos respectivos encargos financeiros até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos.

f. Provisões

Uma provisão é constituída, em função de evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

g. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridas de acordo com os contratos vigentes.

h. Resultado

As receitas e as despesas são registradas conforme o período de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa	1.374	1.823
Bancos sem restrições (a)	44	4
Bancos com restrições (b)	1	-
Aplicações financeiras s/restrições (c)	889.006	750.285
Aplicações financeiras c/restrições (c)	<u>52.624</u>	<u>44.171</u>
	<u>943.049</u>	<u>796.283</u>

- a) Contas sem restrições representam os valores das atividades da instituição
- b) Contas com restrições são os valores e movimentos dos convênios e fomentos firmados pela instituição.
- c) As aplicações financeiras são consideradas como equivalente de caixa por serem de liquidez imediata e não apresentam risco de perda de valor significativo no momento de seu resgate, a média de rentabilidade das aplicações financeiras é de 11,59% a.a.

5. ADIANTAMENTOS

Os saldos de adiantamentos referem-se basicamente aos adiantamentos de férias que são montantes pagos de forma antecipada, essencialmente, a funcionários envolvidos nas atividades da Entidade.

A posição dos adiantamentos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estavam assim representados:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Adiantamentos a funcionários	31.474	20.407
	<u>31.474</u>	<u>20.407</u>

6. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

A administração da Entidade mantém este imóvel para auferir aluguel ou para valorização do capital, ou ambos. O saldo referente a esta propriedade para investimento é mensurado ao valor justo apurado por meio de Laudo de Avaliação elaborado por especialistas. Para o exercício de 2025 os especialistas realizaram revisão e foi identificado que não houve variação da avaliação realizada anteriormente.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Terreno Gleba 04 - A1	1.445.670	1.445.670
Terreno Gleba 04 - A2	2.535.641	2.535.641
Edificações	3.508.689	3.508.689
	<u>7.490.000</u>	<u>7.490.000</u>

7. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2025 é composto por bens que contribuem para a realização do objeto social da Entidade e está demonstrado como segue:

<u>Descrição</u>	<u>Taxa de Depreciação</u>	<u>Saldo em 31/12/2024</u>	<u>Baixas</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo em 31/12/2025</u>
Móveis e Utensílios	10% a.a.	645.524	-	4.600	650.124
Veículos	20% a.a.	393.908	-	-	393.908
Computadores e periféricos	20% a.a.	123.820	-	-	123.820
Máquinas e equipamentos	20% a.a.	357.590	-	17.908	375.498
Edificações	25% a.a.	5.120.024	-	-	5.120.024
Terrenos	0% a.a.	1.025.000	-	-	1.025.000
Outras Imobilizações	10% a.a.	5.848	-	-	5.848
		<u>7.671.714</u>	<u>-</u>	<u>22.508</u>	<u>7.694.222</u>
(-) Deprec. Móveis e Utensílios		(468.724)	-	(44.148)	(512.872)
(-) Deprec. Veículos		(244.081)	-	(61.181)	(305.262)
(-) Deprec. Computadores		(123.820)	-	-	(123.820)
(-) Deprec. Máquinas e equipamentos		(217.591)	-	(37.932)	(255.523)
(-) Deprec. Outras Imobilizações		(5.848)	-	-	(5.848)
(-) Deprec. Edificações		(1.606.708)	-	(204.801)	(1.811.509)
		<u>(2.666.772)</u>	<u>-</u>	<u>(348.062)</u>	<u>(3.014.834)</u>
		<u>5.004.942</u>	<u>-</u>	<u>(325.554)</u>	<u>4.679.388</u>

<u>Descrição</u>	<u>Taxa de Depreciação</u>	<u>Saldo em 31/12/2023</u>	<u>Baixas</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo em 31/12/2024</u>
Móveis e Utensílios	10% a.a.	645.524	-	-	645.524
Veículos	20% a.a.	393.908	-	-	393.908
Computadores e periféricos	20% a.a.	123.820	-	-	123.820
Máquinas e equipamentos	20% a.a.	357.590	-	-	357.590
Edificações	25% a.a.	5.120.024	-	-	5.120.024
Terrenos	0% a.a.	1.025.000	-	-	1.025.000
Outras Imobilizações	10% a.a.	5.848	-	-	5.848
		7.671.714	-	-	7.671.714
(-) Deprec. Móveis e Utensílios		(424.610)	-	(44.114)	(468.724)
(-) Deprec. Veículos		(182.899)	-	(61.182)	(244.081)
(-) Deprec. Computadores		(123.820)	-	-	(123.820)
(-) Deprec. Máquinas e equipamentos		(180.343)	-	(37.248)	(217.591)
(-) Deprec. Outras Imobilizações		(5.848)	-	-	(5.848)
(-) Deprec. Edificações		(1.401.908)	-	(204.800)	(1.606.708)
		(2.319.428)	-	(347.344)	(2.666.772)
		5.352.286	-	(347.344)	5.004.942

8. FINANCIAMENTOS COM PESSOAS LIGADAS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Empréstimos com pessoas ligadas	2.233.690	2.064.431
	2.233.690	2.064.431
Passivo Não Circulante (a)	2.233.690	2.064.431

- (a) O total apresentado no passivo não circulante refere-se à captação de recursos de empréstimos junto a parte ligada José Gustavo de Mattos Gatti. Estes empréstimos são atualizados pela variação de indicadores equivalentes à rentabilidade da poupança do período, que estão vinculadas ao Termo de Garantia de Pagamento referente ao terreno de propriedade da Entidade: Gleba 04 – A1, medindo 20.467,00m² localizado em Juatuba-MG, conforme aprovação em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 28 de outubro de 2019.

Não há previsão para início do pagamento do referido empréstimo, por isso está registrado integralmente no passivo não circulante.

A movimentação sumária dos empréstimos com pessoas ligadas está demonstrada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.060.976
Capitação de empréstimos	-
Amortização e pagamentos	(132.180)
Juros provisionados	135.635
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.064.431
Capitação de empréstimos	-
Amortização e pagamentos	-
Juros provisionados	169.259
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.233.690

9. FORNECEDORES

As obrigações com fornecedores são decorrentes basicamente do fornecimento de serviços necessários às atividades da Entidade.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fornecedores de serviços administrativos	45.478	60.733
Fornecedores de serviços publicitários	1.344	1.344
Fornecedores de serviços e consumo da atividade	104.679	33.208
	<u>151.501</u>	<u>95.285</u>

10. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

Os saldos de obrigações trabalhistas estão assim representados:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Salários a pagar	140.503	131.223
Provisões para férias e 13º salário	270.846	250.759
Encargos sobre a folha de pagamento	85.070	36.354
	<u>496.419</u>	<u>418.336</u>

11. IMPOSTOS A RECOLHER

Essas obrigações referem-se basicamente às retenções tributárias de serviços prestados à Entidade e podem ser assim resumidas:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
IRRF	21.549	20.832
ISS	220	551
Outros tributos	8.995	4.089
	<u>30.764</u>	<u>25.472</u>

12. PARCERIAS PÚBLICAS E PRIVADAS

Essas obrigações referem-se basicamente aos recursos de terceiros recebidos pela Entidade para a realização de parcerias públicas e privadas e podem ser assim resumidas:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Parceria Pública Higiene e Saúde (a)	1	1
Parceria Pública Atenção e Cuidado (b)	7.196	26.788
Parceria Pública Vida e Saúde (c)	-	17.380
Parceria Pública Transporte do Bem (d)	<u>45.427</u>	<u>-</u>
	<u>52.624</u>	<u>44.169</u>
Parceria Privada Marchadores (e)	-	2
Parceria Privada Balbina (f)	<u>1</u>	<u>-</u>
	<u>1</u>	<u>2</u>

- a) Parceria Pública Higiene e Saúde publicado em 25 de junho de 2021 através do instrumento jurídico 1481000269/2021. Esse projeto tem como objetivo a aquisição de Cama/Mesa/Banho, Combustíveis, Equipamentos, Ferramentas e Utensílios visando a melhoria no atendimento e serviços prestados pela entidade, o projeto teve seu último lançamento com despesa em 16/06/2023, mas a conta ainda não foi encerrada.
- b) Parceria Pública Atenção e Cuidado publicado em 26 de maio de 2023 através do instrumento jurídico 012023101300030000. Esse projeto tem como objetivo prognóstico de tratamento hematológico e transplantado, esses saldos têm a sua contrapartida no ativo registrado na conta corrente/aplicação financeira 4291-0 da Caixa Econômica Federal, conta destinada especificamente para esse fomento.
- c) Parceria Pública Vida e Saúde publicado em 13 de outubro de 2024 através do instrumento jurídico 010295142488. Esse projeto tem como objetivo compra de enxoval para a utilização dos acolhidos e suas famílias, esses saldos têm a sua contrapartida no ativo registrado na conta corrente/aplicação financeira 579379025-6 da Caixa Econômica Federal, conta destinada especificamente para esse fomento.
- d) Parceria Pública Transporte do Bem publicado em 13 de outubro de 2024 através do instrumento jurídico 010295142488. Esse projeto tem como objetivo promover e ampliar o acesso da saúde e da assistência social ao público de crianças e adolescentes (de 0 a 18 anos) em situação de vulnerabilidade social acolhidos na Casa Aura durante o tratamento de doenças raras (câncer, doenças hematológicas e transplante de órgãos) para alcance do bem-estar, autonomia, desenvolvimento físico e social. Esses saldos têm a sua contrapartida no ativo registrado na conta corrente/aplicação financeira 579379024-8 da Caixa Econômica Federal, conta destinada especificamente para esse fomento.
- e) Parceria Privada Projeto Marchadores pela Vida, firmada em 12 de janeiro de 2021 através do Instrumento Particular de Doação. Esse projeto refere-se à aquisição de alimentos nutritivos e saudáveis. Os valores devidos a essa parceria estão na conta 69.881-4 do Banco do Brasil S/A com destino específico para este termo de parceria, ainda está em andamento.
- f) Parceria Privada Balbina, firmada em 12 de janeiro de 2021 através do Instrumento Particular de Doação. Esse projeto refere-se à Melhorar a infraestrutura e a ambiência da brinquedoteca com a revitalização do piso emborrachado e fechamento do espaço com tela, aquisição de bancos e

brinquedos, renovar os enxovais de cama e banho, promovendo higiene e bem-estar, renovar utensílios e equipamentos de cozinha, aprimorar o ambiente de refeições com aquisição de equipamentos adequados para o refeitório, aquisição de esteira para a área da fisioterapia. Os valores devidos a essa parceria estão na conta 1.817-1 do Banco Bradesco S/A com destino específico para este termo de parceria, ainda está em andamento.

13. PARCELAMENTOS

Os saldos dos parcelamentos estão compostos conforme demonstramos a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Parcelamento Refis cód. 4737 (a)	28.046	35.425
	<u>28.046</u>	<u>35.425</u>
Passivo Circulante	7.379	7.379
Passivo Não Circulante	20.667	28.046
	<u>28.046</u>	<u>35.425</u>

- a) Parcelamento realizado em 25/08/2014 junto à Receita Federal referente à Receita dívida Ativa com PIS, IRRF pessoa física e jurídica. Consolidado em 14/09/2015 em 180 parcelas, restando 47 parcelas a serem liquidadas, sendo as mesmas atualizadas pela SELIC.

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Entidade possui provisão para contingências no montante de R\$80.000 (R\$ 80.000 em 2024) referente a discussões de natureza civil conforme apresentado abaixo:

- a) O Convênio 558\2010 foi firmado com a Secretaria da Saúde do Estado de Minas Gerais – SES para construção de um prédio de 12 andares, no valor de R\$2.000.000, na localização da Casa Aura. O referido convênio foi firmado em junho de 2010 e teve o prazo de 01 ano. A prestação de contas apresentada no exercício de 2016 pela Entidade, vem sendo analisada pela Secretaria que está solicitando informações adicionais para ser complementada. A administração realizou estudo interno e estimou que poderá ter que devolver recursos para o Estado em montante não superior a 4% do valor recebido, motivo pelo qual optou-se pela provisão para fazer face às estimativas internas no montante de R\$ 80.000.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) Patrimônio Social

Os resultados dos períodos são mantidos na rubrica “Déficit do exercício”, enquanto não aprovados pela Assembleia Deliberativa e, após a sua aprovação, são transferidos para a conta de Patrimônio Social.

O patrimônio social da Entidade em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 7.288.513 (em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 7.828.546), representa o montante inicial aportado para início das atividades da Entidade, sendo aumentado ou reduzido anualmente em função do superávit ou déficit apurado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os resultados apurados foram, respectivamente, déficit de R\$ 477.647 e déficit de R\$ 540.033.

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Essa rubrica representa a contrapartida do aumento dos imóveis destinados a venda decorrente da atualização pelo valor justo do terreno e edificação.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA SEM RESTRIÇÃO

A Entidade realiza captação de recursos essencialmente através de doações sem finalidade específica de pessoas físicas e jurídicas. Estas doações são obtidas através das atividades de telemarketing, doações por meio de contas de energia, telefone, convênios e depósitos bancários realizados diretamente em contas bancárias da Associação.

Os saldos recebidos a título de doação, e que compõem a receita operacional da Associação em 2025 e 2024, são apresentados a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Contribuição de Associados	25.893	26.829
Doações Recebidos de Pessoas Físicas	4.169.559	3.846.266
Doações Recebidos de Pessoas Jurídica	243.200	148.389
Receitas com voluntários	25.691	53.243
	<u>4.464.343</u>	<u>4.074.727</u>

16.1. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA COM RESTRIÇÃO

Apresentamos abaixo, os recebimentos das parcerias firmadas com a instituição:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Parcerias Públicas e Privadas	218.917	145.320
	<u>218.917</u>	<u>145.320</u>

17. CUSTOS DAS OPERAÇÕES

Apresentamos a seguir a composição dos custos por natureza:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Casa de Apoio - Gastos com Pessoal	2.209.571	1.962.082
Casa de Apoio - Gastos operacionais	1.519.576	1.330.381
Telemarketing - Gastos com Pessoal	372.002	386.889
Telemarketing - Gastos operacionais	66.043	29.174
	<u>4.167.192</u>	<u>3.708.526</u>

18. DOAÇÃO TRABALHO VOLUNTÁRIO

Para atender os requisitos da legislação pertinente, os valores relativos aos trabalhos voluntários realizados para a Entidade, como se devidas fossem, durante o exercício de 2025, são registrados e estão assim demonstrados:

	Quantidade	R\$	R\$
		31/12/2025	31/12/2024
Associados	04	25.893	26.829
Voluntários	21	25.960	26.414
Total	25	51.853	53.243

Acima especificamos os voluntários que colaboraram com a Associação Unificada de Recuperação e Apoio relativo ao exercício de 2025 e 2024, em conformidade com a legislação em vigor, Lei 9.608/98.

A Casa de Apoio não remunera seus membros Efetivos, Temporários ou Aspirantes, sejam eles componentes dos órgãos Capítulo Regional, Conselho Superior, Diretoria Executiva ou Comunidade Religiosa, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, conforme disposições estatutárias e legislação em vigor.

Os voluntários estão em diversas áreas da instituição sendo elas, Vendedor, que auxilia no Bazar Beneficente da instituição, Artesã, participa das gincanas e atividades com os acolhidos, Massoterapeuta, ajuda no relaxamento das acolhidos, Brinquedista (Recreador), participa das atividades dos acolhidos, gincanas e brincadeiras, Fotografo, Recepcionista, além dos próprios membros do conselho que não recebem remuneração alguma.

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas estão demonstradas da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas - Administração Gastos com Pessoal	390.955	414.524
Despesas - Administração Despesas Operacionais	318.102	367.136
Despesas - Taxas, Impostos e Contribuições	1.619	2.961
	710.676	784.621
Parcerias com entidade publicas	86.457	96.803
Parcerias com entidade privadas	137.297	48.517
	223.754	145.320

20. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Este grupo representa as receitas e despesas que não se enquadram nas atividades principais da entidade:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Bazar	231.956	181.620
Vendas e Eventos	172.946	81.958
	<u>404.902</u>	<u>263.578</u>
Depreciações	(348.063)	(347.345)
Outros gastos administrativos	-	(2.397)
	<u>(348.063)</u>	<u>(349.742)</u>
Total outras receitas e despesas operacionais	<u>56.839</u>	<u>(86.164)</u>

21. ISENÇÃO USUFRUIDA

Para atender os requisitos da legislação pertinente, os valores relativos às isenções previdenciárias usufruídas, como se devidas fossem, durante o exercício de 2025, estão assim demonstrados:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Imunidade INSS - Cota Patronal	487.007	455.937
Imunidade INSS - Terceiros	141.074	132.222
Imunidade INSS - Rat	36.526	34.195
	<u>664.607</u>	<u>622.355</u>
Imunidade IRPJ	304.068	294.974
Imunidade CSLL	118.105	114.831
Imunidade PIS	26.656	25.917
Imunidade COFINS	123.026	119.615
	<u>571.854</u>	<u>555.336</u>

22. RESULTADO FINANCEIRO

Resultado da atividade financeira é obtido pela diferença entre as receitas financeiras e o pagamento de taxas, variações e juros aos financiamentos de terceiros:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Variações monetárias passivas	(7.347)	(6.480)
Juros sobre empréstimos	(169.259)	(135.636)
Tarifas Bancárias	(14.607)	(12.892)
Custos de emissão de boletos	(34.040)	-
Despesas Financeiras	<u>(225.253)</u>	<u>(155.008)</u>

Descontos recebidos	-	48.126
Renda de aplicações financeiras	<u>109.129</u>	<u>71.433</u>
Receitas Financeiras	<u>109.129</u>	<u>119.559</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(116.124)</u>	<u>(35.449)</u>

- a) Despesas financeira são representadas pelos gastos relacionados aos juros de financiamentos, tarifas e taxas bancárias e diferenças nas atualizações dos parcelamentos junto a Receita Federal. Custo de emissão de boletos foi considerado para o ano de 2025 como custo operacional da entidade, com a finalidade de arrecadação das doações.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2025, a Entidade possuía instrumentos financeiros representados substancialmente, por caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a pagar e empréstimos. Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial findo naquela data aproximam-se do valor de mercado, estão registrados e mantidos nas demonstrações financeiras pelo valor nominal dos títulos conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, das variações dos juros atualizados até a data do balanço.

24. SEGUROS – NÃO AUDITADO

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de aprovação das demonstrações financeiras não foi observado eventos subsequentes relevantes.